



Estratégia
Carreira Jurídica

3° SIMULADO

**ADVOGADO
DO SENADO
FEDERAL**

3º Simulado Advogado do Senado Federal

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Advogado do Senado Federal;
- 2 – A prova contém **200 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-Advogado-Senado-Federal-10-10>

01 – (C) (E)	26 – (C) (E)	51 – (C) (E)	76 – (C) (E)	101 – (C) (E)	126 – (C) (E)	151 – (C) (E)	176 – (C) (E)
02 – (C) (E)	27 – (C) (E)	52 – (C) (E)	77 – (C) (E)	102 – (C) (E)	127 – (C) (E)	152 – (C) (E)	177 – (C) (E)
03 – (C) (E)	28 – (C) (E)	53 – (C) (E)	78 – (C) (E)	103 – (C) (E)	128 – (C) (E)	153 – (C) (E)	178 – (C) (E)
04 – (C) (E)	29 – (C) (E)	54 – (C) (E)	79 – (C) (E)	104 – (C) (E)	129 – (C) (E)	154 – (C) (E)	179 – (C) (E)
05 – (C) (E)	30 – (C) (E)	55 – (C) (E)	80 – (C) (E)	105 – (C) (E)	130 – (C) (E)	155 – (C) (E)	180 – (C) (E)
06 – (C) (E)	31 – (C) (E)	56 – (C) (E)	81 – (C) (E)	106 – (C) (E)	131 – (C) (E)	156 – (C) (E)	181 – (C) (E)
07 – (C) (E)	32 – (C) (E)	57 – (C) (E)	82 – (C) (E)	107 – (C) (E)	132 – (C) (E)	157 – (C) (E)	182 – (C) (E)
08 – (C) (E)	33 – (C) (E)	58 – (C) (E)	83 – (C) (E)	108 – (C) (E)	133 – (C) (E)	158 – (C) (E)	183 – (C) (E)
09 – (C) (E)	34 – (C) (E)	59 – (C) (E)	84 – (C) (E)	109 – (C) (E)	134 – (C) (E)	159 – (C) (E)	184 – (C) (E)
10 – (C) (E)	35 – (C) (E)	60 – (C) (E)	85 – (C) (E)	110 – (C) (E)	135 – (C) (E)	160 – (C) (E)	188 – (C) (E)
11 – (C) (E)	36 – (C) (E)	61 – (C) (E)	86 – (C) (E)	111 – (C) (E)	136 – (C) (E)	161 – (C) (E)	186 – (C) (E)
12 – (C) (E)	37 – (C) (E)	62 – (C) (E)	87 – (C) (E)	112 – (C) (E)	137 – (C) (E)	162 – (C) (E)	187 – (C) (E)
13 – (C) (E)	38 – (C) (E)	63 – (C) (E)	88 – (C) (E)	113 – (C) (E)	138 – (C) (E)	163 – (C) (E)	188 – (C) (E)
14 – (C) (E)	39 – (C) (E)	64 – (C) (E)	89 – (C) (E)	114 – (C) (E)	139 – (C) (E)	164 – (C) (E)	189 – (C) (E)
15 – (C) (E)	40 – (C) (E)	65 – (C) (E)	90 – (C) (E)	115 – (C) (E)	140 – (C) (E)	165 – (C) (E)	190 – (C) (E)
16 – (C) (E)	41 – (C) (E)	66 – (C) (E)	91 – (C) (E)	116 – (C) (E)	141 – (C) (E)	166 – (C) (E)	191 – (C) (E)
17 – (C) (E)	42 – (C) (E)	67 – (C) (E)	92 – (C) (E)	117 – (C) (E)	142 – (C) (E)	167 – (C) (E)	192 – (C) (E)
18 – (C) (E)	43 – (C) (E)	68 – (C) (E)	93 – (C) (E)	118 – (C) (E)	143 – (C) (E)	168 – (C) (E)	193 – (C) (E)
19 – (C) (E)	44 – (C) (E)	69 – (C) (E)	94 – (C) (E)	119 – (C) (E)	144 – (C) (E)	169 – (C) (E)	194 – (C) (E)
20 – (C) (E)	45 – (C) (E)	70 – (C) (E)	95 – (C) (E)	120 – (C) (E)	145 – (C) (E)	170 – (C) (E)	195 – (C) (E)
21 – (C) (E)	46 – (C) (E)	71 – (C) (E)	96 – (C) (E)	121 – (C) (E)	146 – (C) (E)	171 – (C) (E)	196 – (C) (E)
22 – (C) (E)	47 – (C) (E)	72 – (C) (E)	97 – (C) (E)	122 – (C) (E)	147 – (C) (E)	172 – (C) (E)	197 – (C) (E)
23 – (C) (E)	48 – (C) (E)	73 – (C) (E)	98 – (C) (E)	123 – (C) (E)	148 – (C) (E)	173 – (C) (E)	198 – (C) (E)
24 – (C) (E)	49 – (C) (E)	74 – (C) (E)	99 – (C) (E)	124 – (C) (E)	149 – (C) (E)	174 – (C) (E)	199 – (C) (E)
25 – (C) (E)	50 – (C) (E)	75 – (C) (E)	100 – (C) (E)	125 – (C) (E)	150 – (C) (E)	175 – (C) (E)	200 – (C) (E)

**LÍNGUA, LITERATURA NACIONAL E
REDAÇÃO**

Felipe Luccas

TEXTO I

A palavra memória evoca recordações importantes, como a infância, a formatura, o nascimento do filho... Nem só de fatos marcantes, porém, é composto o sistema de estocagem de informação do cérebro. Ao ter que decorar temporariamente um número de telefone ou a placa de um carro, a memória também entra em ação. Apesar de a tarefa parecer bastante simples, cientistas do Instituto Max Planck, na Alemanha, descobriram que, na verdade, esse é um complexo sistema, que depende do funcionamento sincronizado de diferentes áreas cerebrais.

Segundo Stefanie Liebe, pesquisadora do Instituto Planck para Cibernética Biológica e principal autora da pesquisa alemã, as investigações sobre a memória de curto prazo – nome dado ao armazenamento de informações que logo serão esquecidas – ainda são muito restritas para um assunto tão instigante. “Já parou para pensar que conseguimos nos lembrar de coisas que aconteceram há 10, 20 anos, mas de um dia para o outro, podemos não recordar o nome de uma pessoa que nos foi apresentada ou, o que ocorre mais frequentemente, onde foi que colocamos os óculos?”, questiona.

Gregor Rainer, cientista que conduziu o estudo em laboratório, explica que é importante para o cérebro apagar parte das informações processadas ao longo do dia e que só precisam ser usadas por determinado tempo. “A primeira fase da estocagem de informação é o contato sensorial. Passamos o dia inteiro vendo e ouvindo coisas. Imagine se tudo isso ficasse guardado. Já outras informações, como o nome da loja onde você viu um belo vestido e quer voltar depois para comprar, são algo que precisa ser armazenado, mas só por um pequeno período de tempo”, diz.

O pesquisador afirma que já se sabe que algumas regiões na parte frontal do cérebro estão envolvidas na formação e estocagem da memória de curto prazo, enquanto o processamento da informação visual ocorre primeiramente na parte de trás do órgão. “Mas para que consigamos nos lembrar dessas informações por

um curto tempo, as duas regiões precisam trabalhar de forma coordenada”, afirma. “Como isso ocorre é que permanecia, até agora, um mistério.”

Segundo Stefanie Liebe, para entender como áreas localizadas em regiões opostas trabalham em conjunto, a equipe investigou a atividade elétrica tanto do campo visual quando do pré-frontal no cérebro de macacos. Aos animais, a equipe mostrou, em uma tela, imagens em curtos intervalos de tempo. Os macacos – que haviam sido previamente treinados para a tarefa – tinham de dizer se a segunda imagem vista era igual ou diferente da primeira, enquanto tinham sua atividade cerebral monitorada.

“Em cada uma das duas regiões do cérebro, a atividade mostrou forte oscilação em uma frequência que chamamos teta. Essas oscilações não ocorriam independentemente uma da outra, mas de maneira completamente sincronizada”, conta Liebe. “É como se em cada uma das duas áreas você tivesse duas portas giratórias. No processo de formação da memória de curto prazo, também chamada memória de trabalho, elas ficam em sincronia, permitindo que as informações passem de forma muito mais eficiente”, exemplifica Gregor Hörzer, pesquisador da Universidade Técnica de Graz, que também participou do estudo. Ele conta que quanto mais sincronizada estava a atividade, melhor o desempenho dos macacos. “Foi assim que conseguimos estabelecer uma relação direta entre o que ocorria no cérebro dos animais enquanto eles eram submetidos à tarefa”, diz.

https://www.em.com.br/app/noticia/tecnologia/2012/02/16/interna_tecnologia,278382/lembranca-acionavarias-partes-do-cerebro.shtml

Considerando os aspectos estruturais e linguísticos do texto I, julgue os itens a seguir.

1. De acordo com o texto, é um mecanismo natural do cérebro selecionar informações que serão armazenadas temporariamente.

2. Depreende-se do texto que a ciência não conhecia, até então, a forma como as áreas cerebrais responsáveis por processamento visual e armazenamento de informações interagiam.
3. Nas relações semânticas do texto, os termos memória de curto prazo e memória de trabalho foram empregados como sinônimos.
4. Infere-se do texto que os macacos treinados possuem uma melhor memória de curto prazo.
5. A inserção de uma vírgula após “mas” (2º parágrafo) prejudicaria a correção gramatical.
6. No primeiro período do terceiro parágrafo, a partícula “que”, nas duas ocorrências, recebe a mesma classificação.
7. O sujeito de “conduziu” (3º parágrafo) é “cientista”.
8. O deslocamento do advérbio “não” (2º parágrafo) para imediatamente antes do verbo “podemos” (2º parágrafo) alteraria os sentidos originais.
9. As aspas no 4º parágrafo indicam o emprego de discurso direto.
10. O vocábulo “logo” (2º parágrafo) expressa noção conclusiva.
11. A forma “onde” em “onde foi que colocamos os óculos” (2º parágrafo) poderia ser substituída por “em que”, sem prejuízo à correção gramatical.
12. Sem prejuízo gramatical, o pronome “nos” em “conseguimos nos lembrar” (2º parágrafo) poderia ser suprimido.
13. As vírgulas que isolam “na verdade” (1º parágrafo) são de caráter facultativo.
14. O vocábulo “Nem” (1º parágrafo) classifica-se como conjunção.
15. A oração “Ao ter que decorar” (1º parágrafo) expressa noção temporal.
16. A partícula “que” em “ter que decorar” (1º parágrafo) é conjunção e expressa noção de dever.
17. O vocábulo “ou” (1º parágrafo) indica, no período em que ocorre, ideia de exclusão.
18. Prejudicaria a correção gramatical a fusão da preposição “de” com o artigo “a” antes de “tarefa” (1º parágrafo), grafando-se — Apesar da tarefa parecer bastante simples.
19. A supressão da vírgula após “sistema” (1º parágrafo) manteria a correção gramatical, mas alteraria as informações originais.
20. Os termos “pesquisadora do Instituto Planck para Cibernética Biológica e principal autora da pesquisa alemã” (2º parágrafo) e “nome dado ao armazenamento de informações que logo serão esquecidas” (2º parágrafo) exercem a mesma função sintática.

INGLÊS

Ena Loiola / Roberto Witte

BRAZIL’S STRUCTURAL REFORM AGENDA

<https://www.lickslegal.com/news/brazil-economic-outlook-prospects-for-2020>

After the approval of the Labor Reform by the previous administration back in 2017, the Pension Reform was approved by Congress in October, which was considered a Government's significant achievement and a clear sign of Brazil's commitment to its solvency. Together with an austere orientation, the Brazilian Government is continuously pushing forward the structural reforms' agenda. The Tax and the Administrative reforms are also expected to be sent to the National Congress by February. The Minister of the Economy, Paulo Guedes, confirmed the information. The prospects for approving other proposed reforms in Congress are favorable. According to the Speaker of the House of Representatives, Rodrigo Maia, all reforms that are under discussion will be okayed.

Some of the points discussed are as follow:

LABOR REFORM	PENSION REFORM
Reformulates the Brazilian Labor Code and modernizes labor relations.	Tackles excessive expenditures on social security and benefits.
Since its implementation, the unemployment rate has fallen slightly, and the real average income improved. There has been a considerable drop in the number of labor-related lawsuits entering the Brazilian judicial system. Between 2017 and 2019 there was a 32% reduction in the number of labor-related judicial cases.	Projected savings of BRL 0.8 trillion (USD 190bn) in 10 years, reducing social security expenditures from the equivalent to 11% of the GDP to 8,5% of the GDP from 2022 on. Changes include an increase to workers' pension contributions and the mechanism to calculate benefits.

Read the following text and answer questions 21-25

21. When it comes to unemployment rate, the text mentions that it has been fallen dramatically.
22. The approval of the Labor Reform in October is considered an important achievement and clear sign that Brazil is committed to keep its solvency status.
23. The verb **“tackle”** used in the description of the Pension Reform expresses the idea of addressing the expenses related to social security and benefits.
24. We can infer that besides Labor and Pension reforms, some other reforms are likely to take place.
25. According to the text, the total value of goods and services produced in Brazil, GDP, will fall from 11% to 8.5%.
26. The sentence *“The Tax and the Administrative reforms are also expected to be sent to the National Congress by February”* is in the Passive Voice.
27. The sentence **“since”** expresses the same meaning as **“as of”**.
28. The sentence **“There has been a considerable drop in the number of labor-related lawsuits entering the Brazilian judicial system”** expresses the idea that the amount of labor-related lawsuits has been getting higher.
29. The verb **“increase”** expresses the idea of **“surging”**.

30. The text is very critical with regard to the reforms presented.

ATUALIDADES

Leandro Signori

Em agosto de 2020, uma megaexplosão na região portuária de Beirute, capital do Líbano, deixou mais de uma centena de mortos, milhares de feridos, e agravou a crise política, econômica e social já existente no país.

Nos dias subsequentes à tragédia, manifestações se propagaram pelo Líbano. A pressão levou à queda do governo do então primeiro-ministro Hassan Dia. Anteriormente à explosão, grandes manifestações já ocorriam no país, devido à crescente insatisfação da população com o cenário político, econômico e social nacional. Estes protestos haviam sido desencadeados em 2019, após o governo anunciar uma tarifa sobre ligações feitas pelo WhatsApp.

Com base no assunto abordado pelo enunciado, julgue os itens a seguir a respeito de temas atuais do Líbano:

31. A explosão foi resultado da detonação de grande quantidade de nitrato de amônio armazenado no porto de Beirute, sem as devidas medidas de segurança, do qual ainda não há suspeitas sobre sua origem.

32. Diversas comunidades religiosas distintas convivem no Líbano. Para conciliar todas as reivindicações desses grupos, o governo libanês possui um sistema de distribuição de poder que outorga cotas a distintas comunidades de acordo com a sua orientação religiosa.

33. O movimento islâmico e partido político libanês Hezbollah atua na guerra civil da Síria, lutando pela derrubada do regime de Bashar al-Assad, sendo apoiado pela Arábia Saudita e Israel.

Leia o fragmento de notícia a seguir:

"Ao presidir, nesta terça-feira (15/09), a cerimônia de assinatura dos acordos que normalizam as relações entre Israel e dois países árabes, o presidente dos EUA, Donald Trump, obterá uma significativa conquista

diplomática, embora muito distante da meta original, de pacificar o conflito israelo-palestino.

Segundo os termos do acordo, Israel vai por um freio à anexação de territórios palestinos ocupados nas regiões Cisjordânia. Em troca, os Emirados Árabes e o Bahrein vão normalizar suas relações com Israel."

Disponível em: bbc.com. Acesso em 06/10/2020.

Sobre o assunto abordado pelo enunciado e seus múltiplos aspectos relacionados, julgue os itens a seguir:

34. Desde que assumiu o cargo de presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump tem aprofundado as relações com Israel, em que foi de grande marco a transferência da embaixada dos Estados Unidos de Tel Aviv para Jerusalém, cidade histórica sagrada para judeus e muçulmanos que é um dos maiores pontos de atritos entre israelenses e palestinos.

35. Com o acordo, os Emirados Árabes e o Bahrein passam a ser os dois primeiros países árabes com os quais Israel estabelece relações formalmente diplomáticas e que reconhecem a existência do seu Estado nacional.

36. Um ponto de convergência importante entre Israel, estado judeu, e os Emirados Árabes e Bahrein, duas monarquias sunitas, que influenciou na decisão, são as animosidades a respeito do Irã, que mantém relações hostis com os Estados Unidos na região.

A globalização já não é mais questão de opção; é inevitável para qualquer país que pretenda o pleno desenvolvimento econômico, e que queira fazer parte da integração mundial que está acontecendo para não sofrer prejuízo ou discriminação por não acompanhar os movimentos internacionais.

Sendo assim, com a crescente busca, por novos mercados e todos os demais diferentes parâmetros adotados mundialmente, diversos efeitos econômicos emergiram."

Disponível em: <https://bit.ly/2YITQKF>.

A respeito de temas diversos da economia e dos países na atualidade, julgue os itens.

37. O vertiginoso crescimento econômico chinês que alçou o país à condição de segunda maior economia do mundo teve como alguns de seus principais fatores a liberalização econômica por meio da abertura de mercado com a instalação de multinacionais e a concessão de incentivos fiscais associados aos baixos custos da mão de obra.

38. O Brasil se apresenta para o mercado global como um grande exportador de produtos com baixo valor agregado, o que pode deixá-lo em uma posição vulnerável, pois são produtos que estão sujeitos a fortes oscilações.

“Desde a última semana de julho, o Pantanal arde em chamas. O bioma, declarado um patrimônio mundial pela ONU (Organização das Nações Unidas), enfrenta o que é considerado seu maior incêndio desde 2006, com a origem do fogo ainda desconhecida.

Em três semanas, as chamas destruíram em torno de 200 mil hectares de vegetação – uma área com 50 mil hectares a menos do que o tamanho da cidade de São Paulo. Não há previsão para que a situação seja controlada.”

Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br>.

Com base no enunciado e nos seus conhecimentos a respeito do tema e dos múltiplos aspectos a ele relacionados, assinale julgue os itens.

39. O Pantanal tem sido significativamente degradado devido às pressões exercidas por atividades econômicas, sobretudo o desmatamento, devido à crescente urbanização da região, e o turismo.

40. Embora consideradas nocivas para a atmosfera, pois liberam gás carbono, intensificando o efeito estufa, o

método das queimadas é um ótimo fertilizante para o solo do pantanal, caracterizado por ser naturalmente pobre em nutrientes.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

A União, para garantir cumprimento de mandado de reintegração de posse, por determinação do Ministro da Justiça, enviou a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) ao estado da Bahia, sem que o Governador tivesse solicitado, o que gerou conflito entre os entes da federação. **A respeito do caso narrado, a partir do disposto na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens de 41 a 43.**

41. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, o litígio entre a União e o estado da Bahia, por se tratar de hipótese que afeta a estabilidade do pacto federativo.

42. A responsabilidade pela segurança pública, dentro do Estado-membro, é do próprio ente federativo, de modo que o envio da Força Nacional de Segurança Pública à Bahia, sem requerimento do Governador, fere a autonomia do estado e a estabilidade do pacto federativo.

43. A Força Nacional de Segurança Pública é uma tropa federal, vinculada e subordinada às Forças Armadas, formada pela integração entre os estados federados e a União, para prestar apoio aos órgãos de segurança federais, estaduais e do Distrito Federal.

44. Caso: Maria foi aprovada em concurso público para professora da rede pública, séries iniciais, dentro do cadastro de reserva. Após o fim do prazo de validade do concurso, constatando o fato de não ter sido nomeada e tendo o Estado-membro contratado professores temporários, decidiu ajuizar ação para requerer a sua

nomeação. **Assertiva:** No caso narrado, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, houve decadência do direito de Maria insurgir-se contra o ato do Estado-membro.

A respeito do controle de constitucionalidade, julgue os itens de 45 a 47.

45. No controle abstrato de constitucionalidade da competência do Supremo Tribunal Federal, não se aplicam hipóteses de impedimento e nem de suspeição de Ministro, salvo por razões de foro íntimo suscitadas pelo próprio Ministro.

46. Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, a perda superveniente de representação no Congresso Nacional causará a desqualificação do partido político para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade.

47. A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) tem por objeto ato do Poder Público que causa ou possa causar lesão a preceito fundamental, razão pela qual admite-se a sua utilização para questionar enunciados de súmulas vinculantes.

O Congresso Nacional aprovou proposta de emenda à Constituição, de iniciativa de um terço do Senado, para modificar o efetivo das Forças Armadas e o regime jurídico dos militares. A respeito do caso narrado, de acordo com as normas constitucionais referentes ao processo legislativo, **julgue os itens 48 e 49.**

48. A emenda é inconstitucional, por vício de iniciativa, uma vez que proposta de emenda a respeito do efetivo das Forças Armadas e do regime jurídico dos militares é de iniciativa privativa do Presidente da República.

49. O vício de iniciativa no processo legislativo tanto das leis quanto das emendas à Constituição Federal poderá ser sanado pela sanção presidencial.

50. Caso: João disparou dois tiros em José, à queima roupa, em frente ao Congresso Nacional, razão pela qual a vítima veio a óbito. **Assertiva:** Conquanto caiba à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, cada qual, dispor sobre a sua polícia, a apuração do crime não será feita pela polícia legislativa, mas pela Polícia Civil do Distrito Federal, não obstante tenha ocorrido nas proximidades de órgão da União.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Pena

51. Com relação ao regime jurídico administrativo e aos princípios expressos e implícitos que regem a Administração Pública, julgue o item subsequente

Aplica-se a teoria do fato consumado no caso de remoção de servidor público para acompanhar cônjuge em virtude de decisão judicial liminar, ainda que a remoção não se ajuste à legalidade estrita.

52. Considerando os conceitos da administração pública e os critérios de definição, julgue o item seguinte

O exercício do poder de polícia reflete o sentido objetivo da administração pública, o qual se refere à própria atividade administrativa exercida pelo Estado.

53. No que diz respeito aos consórcios públicos, a lei 11.107/2005, quanto aos agentes públicos incumbidos da gestão de consórcio e a retirada do ente da Federação do consórcio público, estabelece que os agentes públicos incumbidos da sua gestão

Não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público, mas responderão pelos atos praticados em desconformidade com a lei ou com as disposições dos respectivos estatutos; a retirada do ente da Federação do consórcio público dependerá de ato formal de seu representante na assembleia geral; e os bens destinados ao consórcio público pelo consorciado que se retira somente serão

revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão no contrato de consórcio público ou no instrumento de transferência ou de alienação.

54. Com relação à organização da Administração Pública, julgue o item a seguir

Os conselhos profissionais são criados sob a forma de autarquia profissional e, tendo em vista a personalidade jurídica de Direito Público, pagam os seus débitos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado por meio de precatório.

55. Com relação à organização da Administração Pública, julgue o item a seguir

As agências reguladoras, embora possuam natureza jurídica de autarquia, são dotadas de regime especial, consistente em alto grau de autonomia, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes e poder de regulação mediante a edição de normas gerais e abstratas de natureza infralegal, em matérias de suas competências, e subordinada ao princípio da legalidade.

56. Com relação ao terceiro setor e às entidades paraestatais, julgue a assertiva a seguir.

Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos pela Lei n. 9.790/1999. Referida lei dispõe que é permitida a participação de servidores públicos na composição de conselho ou diretoria de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

57. No que diz respeito aos poderes administrativos, julgue a afirmação a seguir

O decreto autônomo, como expressão do poder normativo da Administração Pública, não pressupõe a existência de lei que autorize a sua edição, podendo ainda ser delegado aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União.

58. Com relação aos atos administrativos, julgue a afirmação a seguir

Em relação à extinção do ato administrativo por manifestação de vontade do particular, a renúncia se dá por manifestação unilateral posteriormente ao início da produção dos efeitos do ato, enquanto a recusa é a manifestação unilateral do particular antes que o ato produza qualquer efeito.

59. Em relação aos contratos administrativos, julgue a assertiva subsequente

A Administração Pública pode alterar unilateralmente o contrato quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.

60. Com relação aos contratos administrativos, analise a assertiva a seguir

É devido o reequilíbrio econômico-financeiro, por meio do reajuste, em razão da súbita variação cambial, que resulte em desvalorização da moeda nacional, tendo em vista que se trata de fato imprevisível alocado como álea econômica extracontratual e extraordinária.

61. A respeito das licitações e da lei 8.666/93, analise a assertiva a seguir

Nos processos de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras e bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

62. A respeito das licitações, da lei 8.666/93 e do tratamento dado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas licitações, julgue o item a seguir

Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

63. A respeito das licitações e da lei 8.666/93, analise a assertiva a seguir

O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observada a validade do registro não superior a seis meses.

64. Com relação à prestação de serviços públicos, analise a afirmação subsequente

É vedada a celebração de Parcerias Público-Privadas que incluam no objeto da concessão o fornecimento de

mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

65. A lei 1.111 do Estado X estabeleceu que todos os servidores ocupantes do cargo público efetivo de assessor de analista de procuradoria seriam, na data da entrada em vigor da lei, automaticamente promovidos para o cargo de procurador estadual. Neste caso

O prazo para a anulação do provimento dos servidores públicos é de cinco anos, tendo em vista ser este o prazo previsto na lei estadual para que a Administração Pública anule os seus próprios atos eivados de vício de legalidade.

66. A respeito do regime jurídico disciplinar dos servidores públicos e do processo administrativo disciplinar (PAD), julgue a assertiva subsequente

A instauração de processo disciplinar contra servidor efetivo cedido deve ocorrer, preferencialmente, no órgão em que tenha sido praticado a suposta irregularidade, pois possui maior facilidade para produção de provas. Contudo, o julgamento e a eventual aplicação de sanção só podem ocorrer no órgão ao qual o servidor efetivo estiver vinculado.

67. De acordo com a lei anticorrupção (Lei 12.846/2013),

A apuração da responsabilidade de pessoa jurídica pela prática de atos contra a administração pública será conduzida por comissão designada pela autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e integrada exclusivamente por servidores ou empregados públicos estáveis.

68. Com relação à responsabilidade civil do Estado, julgue o item a seguir

Segundo o STF, a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público, em relação a terceiros não usuários do serviço, é subjetiva.

69. Com relação aos bens da Administração Pública, suas características, regime jurídico e classificações, julgue o item a seguir:

A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.

70. Com relação à intervenção do Estado na propriedade privada, julgue o item a seguir

Por se tratar de direito público de natureza real sobre um imóvel particular, para que este sirva ao uso geral como uma extensão ou dependência do domínio público, afetando, assim, o caráter de exclusividade da propriedade, o tombamento sempre será indenizável.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

71. É absolutamente incapaz o portador de deficiência física.

72. Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país em que estabelecer Domício o seu respectivo proprietário.

73. A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga, mas modifica a lei anterior.

74. Os partidos políticos não são pessoas jurídicas de direito privado.

75. Prescreve em um ano a pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele.

76. Em relação ao usufruto, é incorreto afirmar que é possível transferir o usufruto por meio de alienação.

77. Tendo os nubentes domicílio diverso, rege os casos de invalidez do matrimônio a lei do último domicílio conjugal em comum.

78. Não são responsáveis pela reparação civil os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.

79. A prescrição iniciada contra uma pessoa é interrompida com sua morte e reinicia contra o seu sucessor.

80. A sociedade conjugal termina pela morte de um dos cônjuges, mas não pela morte presumida em razão da ausência.

81. É possível haver posse clandestina que seja justa.

82. Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.

83. As praças públicas são bens públicos de uso especial.

84. A venda de bem entre ascendente e descendente, por meio de interposta pessoa, é ato jurídico anulável, aplicando-se o prazo prescricional de 2 (dois) anos previsto no art. 179 do Código Civil.

85. Em um contrato, a cláusula resolutiva tácita não depende de interpelação judicial.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

86. Sobre a definição de títulos de crédito no Código Civil, julgue o item que se segue. Temos que a literalidade tem direta relação com o preenchimento de todos os campos obrigatórios da cártula, ainda que as omissões em branco possam ser preenchidas pelo credor de boa-fé.

87. As instituições financeiras são relativamente excluídas da falência, salvo pedido de falência proposto pelo Conselho Monetário Nacional, levando em consideração o relatório do interventor judicial.

88. Com relação aos institutos que permeiam o direito civil, julgue o item.

A fusão determina a extinção das sociedades que se unem para formar uma nova sociedade, a qual as sucederá em direitos e obrigações, enquanto, na incorporação, a incorporadora não extinguirá a sociedade incorporada após a aprovação dos atos de incorporação.

89. Com base nos conhecimentos acerca da Lei n.º 6.404/1976 e em suas alterações, julgue o item a seguir:

É critério preliminar para o exercício efetivo da condição de controlador da companhia que, permanentemente, o acionista detenha a maioria dos votos nas

deliberações da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores.

90. Sobre as condições para o exercício de atividade comercial, julgue o item subsequente.

É vedado transformar registro de empresário individual em registro de sociedade empresária.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

91. De acordo com a teoria da derrotabilidade das regras, é impossível ao legislador antever todas as hipóteses em que uma regra poderia ser excepcionada. Diante desse fato, é possível ao juiz afastar a aplicação da regra para fazer valer a verdadeira justiça no caso concreto OU se perceber que o fim perseguido pela norma exige aquela superação da regra.

92. Os processos sujeitos a sentença terminativa sem resolução de mérito ficam excluídos da regra que determina a ordem cronológica de conclusão para a sentença.

93. Compete à autoridade judiciária brasileira, em qualquer hipótese, o processamento e o julgamento da ação quando houver cláusula de eleição de foro exclusivo estrangeiro em contrato internacional, por sua ineficácia.

94. Há competência territorial absoluta para ações versando sobre todos os direitos reais sobre imóveis.

95. Quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida será proferida sentença sem resolução de mérito, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas.

96. A inépcia da petição inicial por falta de pedido e a existência de litispendência são exemplos de defeitos processuais insanáveis que provocam o indeferimento in limine da petição inicial.

- 97.** Cabe ao juiz determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária.
- 98.** No litisconsórcio necessário, havendo desinteresse de um dos litisconsortes na realização da audiência de conciliação e mediação, esta não será realizada.
- 99.** A regra do prazo em dobro para os litisconsortes que tiverem procuradores diferentes permanece válida mesmo que um dos litisconsortes seja revel.
- 100.** Segundo o CPC/15, a tutela antecipada, concedida nos termos do art. 303, torna-se estável se da decisão que a conceder não for apresentada a impugnação, que pode ser tanto recurso quanto qualquer outra irresignação.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

Julgue os itens a seguir.

- 101.** A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- 102.** A concausa anterior, relativamente independente, exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.
- 103.** O delito de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio, previsto no artigo 122 do Código Penal, somente prevê pena para os casos de resultado lesão grave ou morte.
- 104.** Segundo a maior parte da doutrina, o Código Penal adotou a teoria limitada da culpabilidade. Deste modo,

se um trabalhador chega em casa, após sacar todo o salário do mês, e imagina tê-lo perdido, indo até um mercado e furtando alimentos para subsistência de sua família, mas depois encontra o dinheiro no meio de suas roupas, deve ter o tratamento do erro de tipo, razão pela qual não será responsabilizado penalmente.

105. O indulto extingue os efeitos primários (pretensão executória) e secundários da condenação, mas não atinge os efeitos extrapenais.

106. Quanto ao crime de desacato, é necessário que o ato perturbe ou obstrua a execução das funções do funcionário público, sendo típicas reclamações, censuras ou críticas, desde que veementes, à atuação funcional do funcionário.

107. Segundo o STF, a condenação, mesmo após o período depurador que impede a reincidência, pode ser considerada como mau antecedente.

108. Conforme a jurisprudência consolidada do STJ, o princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a Administração Pública.

109. Catarina, em 2010, atravessou a fronteira do Paraguai com o Mato Grosso do Sul, trazendo 80 litros de combustível do outro país. Em razão da pouca quantidade de combustível, é possível o reconhecimento da insignificância, desde que ela não seja reincidente.

110. O princípio da especialidade, dentre os princípios que a doutrina enumera para a solução do conflito aparente de normas, é o único previsto de forma expressa no Código Penal, em razão do que prevê seu artigo 12.

111. Evadir-se ou tentar evadir-se o preso ou o indivíduo submetido a medida de segurança detentiva, usando de violência contra a pessoa configura o crime de evasão mediante violência contra a pessoa, que é classificado como crime de atentado.

112. Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra o patrimônio, o interesse ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público.

113. Na desistência voluntária, agente, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução, só respondendo pelos atos já praticados. É a chamada ponte de ouro a que se refere Von Liszt.

114. No arrependimento eficaz, o agente, voluntariamente, impede que o resultado se produza. Assim, só responde pelos atos já praticados, desde que, como anota a doutrina, sua conduta seja espontânea.

115. O furto praticado em 2015, com emprego de faca, deve ser considerado crime de roubo simples, apesar de a legislação da época prever a incidência de majorante.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

116. Em relação ao processo penal e às normas constitucionais, julgue o item a seguir.

A Câmara dos Deputados poderá determinar a suspensão do andamento do processo penal durante o curso do mandato do parlamentar denunciado, quando a denúncia for dirigida ao Supremo Tribunal Federal e se relacionar a crime praticado antes da diplomação.

117. Acerca da aplicação da lei processual penal no tempo, julgue o item subsequente.

A lei processual penal nova tem aplicação somente aos processos relativos a crimes cometidos após a sua vigência, não podendo retroagir mesmo para beneficiar o réu.

118. Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores a respeito da competência, julgue o item a seguir.

Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes consistentes em disponibilizar ou adquirir material pornográfico, acessível transnacionalmente, envolvendo criança ou adolescente, quando praticados por meio da rede mundial de computadores (arts. 241, 241-A e 241-B da Lei nº 8.069/1990).

119. A respeito das provas, julgue o item a seguir.

É pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que é legítimo o reconhecimento pessoal ainda quando realizado de modo diverso do previsto no Código de Processo Penal, servindo o paradigma legal como mera recomendação.

120. No tocante aos sujeitos no processo penal, avalie o item subsequente.

A pessoa jurídica não pode responder criminalmente por infrações cometidas sob a responsabilidade de seu administrador, pois a aplicação da sanção penal depende da comprovação da culpabilidade, que é inerente à atos praticados voluntariamente por pessoas físicas.

121. No que se refere aos prazos no processo penal, julgue o item a seguir.

Os prazos processuais penais correm da efetiva intimação; não interessa, para esse efeito, a data da juntada do expediente ou documento formal de

intimação. Serão os prazos contínuos e peremptórios, não se interrompendo por férias, domingo ou dia feriado. Não se computará no prazo o dia do começo, incluindo-se, porém, o do vencimento.

122. A respeito dos Juizados Especiais Criminais, avalie o item a seguir.

O processo no âmbito dos Juizados Especiais pauta-se nos princípios da simplicidade, informalidade e celeridade; o procedimento é iniciado com a lavratura de termo circunstanciado, sendo proibida a instauração de inquérito policial para as infrações de menor potencial ofensivo.

123. No tocante à prisão preventiva, julgue o item a seguir.

O Código de Processo Penal autoriza a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar no caso de a agente ser mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade, desde que seja a única responsável pelos cuidados do menor.

124. Acerca das nulidades, julgue o item a seguir.

Constitui nulidade absoluta a ausência de recurso de ofício nos casos em que a lei o estabelece, impedindo, ainda, a ocorrência do trânsito em julgado da sentença.

125. Julgue item a seguir considerando os princípios do direito processual penal e a jurisprudência dos tribunais superiores.

Não é permitida, no âmbito do processo penal, a fundamentação *per relationem*, sendo que a sua utilização configura causa de nulidade relativa, em razão da inobservância do princípio da motivação das decisões judiciais.

DIREITO DO TRABALHO

Priscila Ferreira

126. Invocando a regra da condição mais benéfica ao empregado, que se insere no princípio da proteção peculiar ao Direito do Trabalho, julgue o item a seguir:

(...) A supressão de direitos trabalhistas instituídos por regulamento de empresa só alcança os empregados admitidos posteriormente.

127. Com relação ao aprendiz, julgue o item a seguir:

(...) O contrato de aprendizagem firmado com portador de deficiência não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, por ser incompatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico.

128. Acerca do trabalho temporário, nos termos da Lei nº 6.019/74, julgue o item a seguir:

(...) O contrato temporário só será válido em se tratando de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo, de atividades empresariais de caráter transitório e de contrato de experiência.

129. Considerando as disposições legais sobre salários e remuneração, julgue o item a seguir:

(...) As prestações “in natura” que o empregador fornece habitualmente ao empregado, mediante contrato, tais como alimentação, habitação, vestuário, entre outras, não se compreendem no salário para efeitos legais.

130. No que concerne a rescisão do contrato de trabalho, julgue o item subsequente, considerando a jurisprudência do TST.

(...) Segundo o entendimento do TST, a ausência do pagamento das verbas rescisórias, por si só, é motivo suficiente para caracterizar a ocorrência de danos morais, mormente quando o empregador reconhecer a omissão.

131. Sobre a proteção do salário, julgue o item a seguir:

(...) Em caso de dano causado pelo empregado, o desconto será lícito, desde que essa possibilidade tenha sido acordada ou na ocorrência de dolo na conduta do empregado.

132. No que se refere ao posicionamento sumular do Tribunal Superior do Trabalho (TST), quanto à atividade insalubre, julgue o item a seguir:

(...) A higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e a respectiva coleta de lixo, por não se equiparar à limpeza em residências e escritórios, enseja o pagamento de adicional de insalubridade em grau mínimo, incidindo o disposto no Anexo 14 da NR-15 da Portaria nº 3.214/1978 do MTE quanto à coleta e industrialização de lixo urbano.

133. Com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e entendimentos sumulados do Tribunal Superior do Trabalho (TST), julgue o item a seguir:

(...) O pagamento de comissões e percentagens só é exigível depois de ultimada a transação a que se referem. Mas, nas transações realizadas por prestações sucessivas, é exigível o pagamento das percentagens e comissões que lhes disserem respeito proporcionalmente à respectiva liquidação e a cessação da relação de trabalho não prejudica a percepção das comissões e percentagens devidas.

134. Em relação ao contrato de experiência, julgue o item a seguir:

(...) O contrato de experiência não precisa ser anotado na CTPS do empregado e deve ser no máximo de 3 (três) meses, com direito a uma única prorrogação.

135. Com relação à estabilidade e à garantia provisória de emprego, julgue o item seguinte, considerando a jurisprudência do TST.

(...) O Membro de conselho fiscal de sindicato não tem direito à estabilidade prevista na CLT e na Constituição, porquanto não representa ou atua na defesa de direitos da categoria respectiva, tendo sua competência limitada à fiscalização da gestão financeira do sindicato.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Lucas Pessoa

136. Os prazos para interposição de recursos são peremptórios, mesmo para a fazenda pública, que deverá apresentá-los em oito dias no máximo, diante do tratamento isonômico a que são submetidas todas as partes na Justiça do Trabalho.

137. Tratando-se de reclamações trabalhistas plúrimas, a aferição do que vem a ser obrigação de pequeno valor, para efeito de dispensa de formação de precatório e aplicação do disposto no § 3º do art. 100 da CF/88, deve ser realizada considerando-se a soma dos créditos de cada reclamante, e não o seu valor individualizado.

138. De acordo com o texto expresso na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), são isentos do depósito recursal os beneficiários da justiça gratuita, as microempresas e as empresas de pequeno porte.

139. Na justiça do trabalho, segundo entendimento consolidado pelo TST, é tido como extemporâneo o recurso interposto antes de ser publicado o acórdão impugnado.

140. O princípio da transcendência ou do prejuízo consiste no reconhecimento de nulidade apenas quando dela decorrer manifesto prejuízo processual às partes.

141. Das decisões definitivas ou terminativas de vara do trabalho cabe recurso ordinário para o respectivo tribunal regional do trabalho, com efeito exclusivamente devolutivo, admitindo-se, contudo, a obtenção de efeito suspensivo através de ação cautelar.

142. A sentença normativa proferida no dissídio coletivo, por não ter natureza condenatória, não comporta execução, ensejando ação de cumprimento.

143. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, a petição inicial trabalhista, entre outros requisitos, deve conter a qualificação das partes, a breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio e o pedido, que deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor..

144. A execução será promovida pelas partes, permitida a execução de ofício pelo juiz ou pelo Presidente do Tribunal em qualquer caso.

145. Eliane move reclamação trabalhista em face da sua ex-empregadora Empresa XYZ Ltda. e a Concessionária de Veículos ABC Ltda., sendo esta a tomadora de seus serviços terceirizados. Encerrada a instrução processual, foi proferida sentença, julgando procedente em parte a ação e condenando a Concessionária como responsável subsidiária no pagamento das verbas deferidas à reclamante, que não obteve êxito em seu pedido de danos morais. No tocante aos prazos processuais e já esgotado o prazo para interposição de Embargos de Declaração, segundo jurisprudência do TST, bem como o disposto pela Lei nº 13.467/2017, todos possuem prazo comum de oito dias úteis para interposição de Recurso Ordinário, não importando a existência de litisconsórcio passivo, com procuradores distintos.

DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL

Felipe Cavalcante

146. No período entre o indeferimento administrativo e a efetiva implantação de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez, mediante decisão judicial, o segurado do RPPS tem direito ao recebimento conjunto das rendas do trabalho exercido, ainda que incompatível com sua incapacidade laboral, e do respectivo benefício previdenciário pago retroativamente.

147. O segurado em gozo de auxílio-doença, concedido judicial ou administrativamente, poderá ser convocado a qualquer momento para avaliação das condições que ensejaram sua concessão ou manutenção.

148. É constitucional a incidência de contribuição sobre a renda auferida pelo trabalhador, podendo ser adotadas alíquotas progressivas de acordo com o valor do salário de contribuição, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social, salvo na hipótese de déficit no respectivo regime, quando a contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas poderá incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o salário-mínimo.

149. O segurado em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez que não tenha retornado à atividade estará isento das perícias revisionais periódicas após completar cinquenta e cinco anos de idade.

150. É vedada a contagem recíproca de tempo de contribuição do RPPS por regime próprio de previdência social sem a emissão da CTC correspondente, ainda que o tempo de contribuição referente ao RPPS tenha sido prestado pelo servidor público ao próprio ente instituidor.

DIREITO ELEITORAL

Ricardo Torques

A Constituição Federal apresenta importantes disposições sobre a Justiça Eleitoral. Com base no texto constitucional e na jurisprudência dominante, julgue as assertivas abaixo:

151. Ao contrário do que ocorre com os demais advogados indicados para compor os tribunais, na Justiça Eleitoral é dispensada a exigência de dez anos de exercício da atividade profissional.

152. A Justiça Eleitoral é competente para apreciar conflito interno entre órgãos do mesmo partido político, ainda que não haja ingerência direta no processo eleitoral.

153. Os juízes dos tribunais eleitorais servirão por dois anos e poderão ser reconduzidos para biênios consecutivos, sendo os substitutos escolhidos na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.

Com base nas disposições constitucionais sobre os direitos políticos e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens.

154. A suspensão dos direitos políticos em razão de sentença penal condenatória transitada em julgado fica condicionada à natureza da pena imposta.

155. O eleitor devidamente convocado por edital para revisão eleitoral está sujeito ao cancelamento de seu título.

156. A reeleição encontra fundamento no postulado da continuidade administrativa mas, também, no princípio republicano e, por este motivo, veda-se a terceira

eleição para Chefe do Executivo no mesmo Município e em qualquer outro da Federação.

Com base na legislação pertinente, julgue as assertivas:

157. Qualquer partido político ou coligação poderá representar à Justiça Eleitoral, no prazo de 15 dias, contados da diplomação, relatando fatos e indicando provas, e pedir a abertura de investigação judicial para apurar condutas relativas à arrecadação e gastos de recursos. Se comprovados captação ou gastos ilícitos, será negado diploma ao candidato ou será determinada a sua cassação, caso já tenha sido outorgado.

158. É ato privativo de candidato ou partido político a impugnação à candidatura em razão de inelegibilidade ou incompatibilidade.

159. Os partidos políticos independem de registro no Tribunal Superior Eleitoral para adquirir personalidade jurídica. No entanto, o acesso gratuito ao rádio e à televisão exige que o estatuto partidário tenha sido previamente registrado junto ao TSE.

160. Os partidos políticos estão subordinados aos prazos de filiação estabelecidos em lei, sendo-lhes vedado dispor de modo próprio em seus estatutos.

DIREITO FINANCEIRO

Vanessa Arns

161. Na elaboração de lei orçamentária, é proibida a concessão de créditos sem limite de valor estabelecido.

162. Na definição de fontes de financiamento das despesas públicas, é proibida a vinculação a órgão, fundo ou despesa de receita derivada de taxa, empréstimo compulsório e contribuição de melhoria.

163. É permitida a operação de crédito de antecipação de receita no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal .

164. Os contratos de operação de crédito externo conterão cláusula que importe na compensação automática de débitos e crédito.

165. É permitida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo, desde que com oferta de garantia pelo ente federado.

166. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira, mas é o Poder executivo que elabora o seu orçamento.

167. No caso de operação de crédito junto a organismo financeiro internacional, a União só prestará garantia a ente que atenda as exigências legais para o recebimento de transferências voluntárias.

168. A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo Banco Central e pela Secretaria do Tesouro Nacional.

169. Faculta-se ao Poder Executivo fazer acompanhar o projeto de lei orçamentária de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

170. As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder

Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Matheus Pontalti

Julgue as afirmativas a seguir:

171. A lei pode, nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir à autoridade administrativa, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda pública

172. Na hipótese de a autoridade administrativa entender conveniente conceder a remissão, estará extinto o crédito tributário.

173. A consignação em pagamento consiste em modalidade de exclusão do crédito tributário, ao passo que o pagamento antecipado consiste em modalidade de extinção do crédito tributário.

174. A lei aplica-se a ato pretérito quando deixe de defini-lo como infração, desde que ele não tenha sido definitivamente julgado.

175. É inconstitucional a lei municipal que tenha estabelecido, antes da Emenda Constitucional 29/2000, alíquotas progressivas para o IPTU, salvo se destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.

176. A lei interpretativa pode retroagir quando for interpretativa, desde que mais benéfica ao sujeito passivo.

- 177.** O ITBI e o IPTU podem ser progressivos.
- 178.** O ISSQN não incide sobre a locação de bens moveis.
- 179.** A lei que estabelece a isenção abarca os tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
- 180.** O despacho que concede a isenção gera direito adquirido e não pode ser anulado, mesmo que o interessado não fizesse jus ao benefício.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO

Vanessa Arns

- 181.** A personalidade jurídica internacional das organizações não-governamentais é reconhecida de forma ampla, equiparando-se, nesse aspecto, à personalidade estatal.
- 182.** Eventual acordo de concessão entre a multinacional General Motors e o Estado brasileiro será regido pelo direito dos tratados, haja vista a constatação de personalidade jurídica internacional das empresas multinacionais.
- 183.** Não se admite a extradição na hipótese de o Brasil não possuir tratado com o país requerente.
- 184.** A capacidade de que são dotadas as organizações internacionais intergovernamentais para firmar tratados decorre essencialmente de personalidade jurídica dessas organizações e das normas que as regem.
- 185.** A superveniência de uma norma de *jus cogens* que esteja em conflito com um tratado acarretará a

suspensão temporária das disposições ajustadas até que haja modificação do que tiver sido pactuado.

186. As normas da Comissão de Comércio do MERCOSUL possuem caráter meramente recomendatório.

187. Compõe a estrutura institucional do MERCOSUL a Comissão de Tribunais Constitucionais.

188. É atribuição do Conselho do Mercado Comum supervisionar as atividades da Secretaria Administrativa do MERCOSUL.

189. Cabe ao Conselho do Mercado Comum exercer a titularidade da personalidade jurídica do MERCOSUL.

190. A capacidade para exercer o comércio e para intervir em atos e contratos comerciais é regulada pela lei do domicílio de cada interessado.

DIREITO DIGITAL

Paulo Sousa

191. O envio de mensagens eletrônicas em massa (spam) justifica, por si só, indenização por dano moral.

192. A Lei de Proteção de Dados é aplicada ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente jornalísticos.

193. O fornecimento de consentimento específico do titular é necessário em qualquer caso em que ocorra o tratamento de dados pessoais.

194. Conforme a Lei de Proteção de Dados, é direito do titular dos dados pessoais a anonimização de dados desnecessários ou excessivos.

195. Em relação à Lei nº 9.610/98, que dispõe sobre os direitos autorais, é correto afirmar que:

É titular de direitos de autor quem adapta obra caída no domínio público, podendo, no caso, opor-se a outra adaptação, arranjo, orquestração ou tradução, mesmo que não seja cópia da sua.

196. Em relação à Lei nº 9.610/98, que dispõe sobre os direitos autorais, é correto afirmar que:

É direito moral do autor, reconhecido por lei, o de modificar a obra depois de utilizada.

197. Em relação à Lei nº 9.610/98, que dispõe sobre os direitos autorais, é correto afirmar que:

A cessão total ou parcial dos direitos de autor, que se fará por quaisquer meios, é presumidamente gratuita.

198. É direito do usuário da internet a inviolabilidade e o sigilo de suas comunicações privadas armazenadas, em qualquer hipótese.

199. Na provisão de conexão, onerosa ou gratuita, é dever do provedor guardar os registros de acesso a aplicações de internet.

200. Para a requisição judicial de registros, é suficiente que seja indicado no requerimento o

fundado indício da ocorrência do ilícito e o período ao qual se referem os registros.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-Advogado-Senado-Federal-10-10>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
